



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Mundo do trabalho.

**ENTRE A MOBILIZAÇÃO TRABALHADORA E AS GARRAS
CAPITALISTAS: A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA NAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS POPULARES DOS
MUNICÍPIOS DA BAIXADA CUIABANA (MT)**

Irenilda Ângela dos Santos¹
Luara Caiana Sousa e Silva²
Márcia Cristina Verdego³

Resumo

O presente trabalho visa analisar as estratégias de Economia Solidária adotadas nas organizações produtivas populares nos municípios da Baixada Cuiabana (MT). A Economia Solidária, para além da mobilização trabalhadora, tem se constituído em um novo mecanismo institucional para enfrentar o desemprego estrutural, mantendo relação estreita com a informalidade do mercado de trabalho. Almeja-se, portanto, compreender os estímulos e interesses envolvidos na organização dos empreendimentos econômicos solidários, assim como identificar o modo como tem ocorrido a vinculação destes empreendimentos com a Política Nacional de Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia solidária. Desemprego estrutural. Informalidade.

Abstract

The present work seeks to analyze the strategies of Solidary Economy adopted in the popular productive organizations in the municipal districts of the Baixada Cuiabana (MT). The Solidary Economy, for besides the hard-working mobilization, he/she has if constituted in a new institutional mechanism to face the structural unemployment, maintaining narrow relationship with the informality of the job market. It is longed for, therefore, to understand the incentives and wrapped up interests in the organization of the solidary economical enterprises, as well as identifying the way as it has been happening the vinculação of these enterprises with the National Politics of Solidary Economy.

Keywords: Solidary economy. Structural unemployment. Informality.

Introdução

Analisar as estratégias de economia solidária adotadas nas organizações produtivas populares nos municípios da Baixada Cuiabana-MT, que têm se constituído em um novo mecanismo institucional para enfrentar o desemprego, se faz necessária, para além de uma análise meramente quantitativa, almeja-se alcançar as questões que

¹ Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT.
E-mail: <irepanta@gmail.com>.

² Graduada em Serviço Social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT.
E-mail: <luaracaiana@gmail.com>.

³ Graduada em Serviço Social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT.
E-mail: <marciaverdego@hotmail.com>.

singularizam as articulações e os movimentos sociais que se identificam enquanto participantes dessa política, buscando compreender os estímulos e interesses envolvidos na organização dos empreendimentos.

Nesse sentido, a análise em torno das ações empreendedoras de economia solidária é fator fundamental, bem como a questão do desemprego estrutural, crescente nas sociedades capitalistas e agravado pelas diversas crises do sistema. No entanto, essas categorias não serão apropriadas de forma isolada, mas atreladas a um conjunto de dilemas, peculiaridades e divergências político-sociais, econômicas, culturais e ideológicas de um dado contexto histórico: a) de contrarreforma do Estado – com redirecionamento do fundo público para assegurar as condições de produção e reprodução do capital –; b) de reestruturação produtiva, com predomínio de condições gerais ótimas de exploração da força de trabalho, seja por meio da precarização e flexibilização, seja por meio de abafamento e cooptação dos movimentos sociais; c) e de mundialização do capital.

A análise dessas questões permite que se apreenda um conjunto de contradições e disputas que ocultam a face oportunista da classe dominante, que se manifesta mediante um discurso falacioso que busca “[...] comover a população e convencê-la de que a sociedade de classes é uma argumentação ultrapassada” (SANTOS, 2010, p. 61). Nessa direção, Gramsci (1982), atenta para a importância de se compreender quais mecanismos são utilizados e quais fatores influenciam os processos organizativos e articulatórios.

É no interior dessa discussão que se acentua a necessidade de pontuar os caminhos percorridos pelos movimentos e organizações sociais no Brasil e na América Latina. Dessa forma, propõe-se construir um breve estudo que permita elucidar aspectos da realidade na qual estão inseridos os protagonistas desses movimentos e organizações, bem como considerar os processos de mercantilização e preservação da cultura popular local.

A discussão dessas categorias se conjuga no sentido de reunir elementos que permitam alcançar os seguintes objetivos: Delinear os fatores intrínsecos à Política de Economia Solidária nos municípios da Baixada Cuiabana (MT); Identificar os atores envolvidos, suas concepções e relações políticas e sociais; Analisar como se dão as formas de financiamento; Delinear o impacto dessa política na geração de emprego e

renda dos sujeitos envolvidos; Definir as contribuições e dificuldades que a cultura local apresenta nesse cenário. Portanto, a questão de pesquisa busca compreender qual a motivação das organizações da Baixada Cuiabana em atrelar-se à Economia Solidária, e as implicações dessa nas relações de trabalho.

Assim, considera-se fundamental para atingir os objetivos propostos, percorrer os meandros da instituição da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso, considerando seus momentos políticos e econômicos que influenciaram na organização social dos municípios da Baixada Cuiabana (MT). Conjuntamente faz-se necessário ponderar acerca da relação entre cultura e organização produtiva, pois é intrínseca essa ligação aos modelos de associação e produção, visto que a cultura “[...] em sentido estrito, isto é, como conjunto de práticas e de [ideias] produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural - a artes, as ciências, as técnicas, as filosofias” (CHAUI, *et al*, 1984, p.11).

A temática proposta faz-se relevante frente às transformações que a expansão e crises do capitalismo têm trazido ao mundo do trabalho, visto o aumento gradativo da precarização das relações, o aumento da informalidade, a super-exploração da força de trabalho, a intensiva e extensiva introdução de novas tecnologias, reduzindo a extremos o número de postos de trabalho, e conseqüentemente gerando uma enorme massa de desassalariados, uma reserva de força de trabalho, ou como pontou Marx, a *superpopulação relativa excedente*. Nesse cenário de desmantelamento, a classe trabalhadora tende a buscar alternativas à sua superação do desemprego estrutural.

É nesse contexto que surge a Economia Solidária, que tem se expandido no Brasil. Compreender esta estratégia da classe trabalhadora, e o interesse do sistema capitalista por meio de ações políticas estatais em ‘oficializar’ esta iniciativa, permitirá compreender as múltiplas facetas que o Capitalismo apresenta afim de efetivar seu projeto hegemônico.

Embora a superação efetiva da desigualdade social dependa da superação do modelo capitalista, é crucial elucidar se as estratégias de economia solidária desenvolvidas por diversas organizações, cooperativas e associações na Baixada Cuiabana têm favorecido a geração de renda, possibilitado mudanças substantivas na realidade das pessoas envolvidas. Tal questionamento foi suscitado a partir da

constatação de que para além da ideologia da Economia Solidária difundida pelos movimentos populares, essa tornou-se alvo de políticas públicas estatal.

Desenvolvimento

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo partirá do aprofundamento teórico das categorias Economia Solidária, Movimentos Sociais, Desemprego, Organizações Produtivas Populares e Cultura. Inicialmente, o debate acerca do surgimento e implementação da Economia Solidária – em âmbito mundial, nacional e local – partirá atrelado às transformações sociais, culturais, políticas e econômicas que ocorreram no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas políticas sociais ao longo dos últimos anos. O que significa inscrever esse debate na trajetória histórica vivenciada pelo capitalismo, pois compreender as implicações que influem sobre as tendências atuais, requer analisar o passado e relacionar as mudanças e efeitos ocorridos nesse processo nos diversos níveis de organização social.

De um modo geral, esse percurso requer pensar as mudanças na organização societária como um todo, para além da questão meramente econômica, à medida que abrange a construção ideológica das sociedades e a manutenção do *status quo* do capitalismo, alicerçado na sociedade burguesa (NETTO, 2009).

O capitalismo tende a miscigenar-se à própria constituição societária, confundindo-se onde começa o poderio capitalista e a atuação estatal, desse modo, há a naturalização das expressões da questão social, da competitividade exacerbada e da acumulação pautada na exploração da força de trabalho .

As possibilidades e formas de se integrar ou não ao modelo, são consideradas como uma questão de esforço e preparação por parte de cada indivíduo. Logo, a meritocracia é um sistema de valorização e individualização das práticas e ações bem-sucedidas (NETTO, 2009). Assim, mediante às relações alicerçadas pela lógica capitalista faz-se necessário observar a atuação estatal que, apresenta-se

[...] como contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados. Portanto, os interesses dominantes e os dos grupos dominados implicam-se reciprocamente [...] horizontal e verticalmente, conforme a organização econômica e política de cada Estado-nação. O Estado consiste, ainda, em “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe

dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados. (GRAMSCI, 2000, p. 331).

Conforme Gramsci (2000), o Estado busca anular diversas lutas de autonomia das classes subalternas, visto que se observa que com a prevalência das ditaduras contemporâneas, do mesmo modo em que é suprimida algumas formas de autonomia de classe, há a intenção de incorporá-las na atividade estatal. Desse modo, a centralização das ações nacionais torna-se crescente, buscando desconstruir a luta de classes e fortalecer a subalternidade.

O Estado com esse modo de agir adquire grande poder desmobilizador, pois além de bloquear as articulações da sociedade civil nos interesses de superação da dominação entre governantes e governados, tende a incorporar a sociedade civil à esfera estatal para fortalecer a hegemonia política do Estado em assuntos de seu interesse. Nesse sentido,

Ocorre a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Um complexo sistema de legitimação e perpetuação de tais contradições é construído sobre bases principalmente econômicas, nas quais o Estado capitalista alicerça um conjunto ideológico de razões e necessidades inerentes à sua consolidação.

No Brasil, tal condição se acentua mediante a tendência de regressão no campo dos direitos sociais atrelada à informalização do trabalho, o que pressupõe a supressão de benefícios ocupacionais, concedidos anteriormente aos trabalhadores formais no período fordista. Com o fim do compromisso fordista, o desemprego e a informalidade se expandem, surgindo outros mecanismos de reprodução da força de trabalho que são disponibilizados aos desempregados e trabalhadores precarizados. Portanto, assegurar condições mínimas à classe trabalhadora, é uma forma de garantir sua opressão como mecanismo de reprodução da força de trabalho (TAVARES; SITCOVSKY, 2012).

Logo, observa-se que a realidade dos trabalhadores é opressora diante das necessidades e imposições do capital, as condições de trabalho e de sobrevivência são agravadas pela reestruturação produtiva que se evidencia no Brasil, a partir da década de

1990. São modificações impostas ao mundo do trabalho, sobretudo, com o avanço neoliberal e o modelo toyotista de produção, responsável por introduzir o avanço tecnológico, a mecanização, a automação e a robotização dos processos de trabalho.

Há a flexibilização das formas de trabalho e contratação, uma intensa política de controle de qualidade e a fragmentação da produção, que transforma casas, famílias e cidades em pequenos polos industriais. Tal fragmentação impossibilita a organização da classe trabalhadora, que já não se reconhece enquanto classe, devido a individualização e a transnacionalização da produção. Além do mais, a demanda de trabalho no capital é reduzida e esta já não absorve toda a força de trabalho disponível (ANTUNES, 2002).

Diante das diversas mudanças na lógica capitalista que têm afetado profundamente o mundo do trabalho, observa-se que além do crescente desemprego, a informalidade é um fator importante nas análises acerca da perda ou não da centralidade do trabalho. Nessa direção, verifica-se que

No Brasil, o crescimento da informalidade também pôde ser constatado. O grau de informalidade que era de 36,6%, em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e 50,8% em 2000. Da chamada 'década perdida', caracterizada por baixas taxas de crescimento econômico e pela transferência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa, passamos à denominada 'década perversa', nos anos 90, que marcou o retorno do país ao acesso ao crédito financeiro internacional e a adoção. Das políticas liberalizantes exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas Políticas geraram, no que tange ao ajuste no mercado de trabalho brasileiro, o aumento nas taxas de desemprego e de informalidade, associados a precarização das condições de vida e de trabalho. (SABADINI; NAKATANI,2012, p.266).

Perante este cenário, e com o intuito de construir novas relações de trabalho, incluindo os sujeitos que se encontram fora do mercado de forma alternativa, emergem neste contexto, diversas associações, cooperativas, grupos de produção comunitária, entre outras modalidades de organizações de trabalhadores. Percebe-se que a origem dessas organizações no Brasil tem como base a mobilização social, e surgem a partir da identificação de demandas específicas de um determinado segmento da população, que, em geral, estão ou são segregados, social, histórica, política e economicamente.

De tal modo, as organizações produtivas populares apresentam-se enquanto movimento da classe trabalhadora no contexto de reestruturação capitalista, como forma de resistência e a conotação produtiva configura a necessidade de se estabelecer estratégias e alternativas de manutenção destas organizações. Analisar o funcionamento

destas organizações é fundamental para compreendermos como estas se caracterizam enquanto alternativas ao mercado cultural capitalista, posto que são estratégias para a sobrevivência destes grupos dentro do sistema e não a formulação de um novo modelo econômico, político e social.

Dessa forma, compreende-se que, “TUDO PARECE indicar que estamos entrando numa fase da história social e política do país marcada por algumas inversões na relação entre a sociedade civil e o Estado” (SOUZA MARTINS, 2000, p. 5, grifos do autor). Segundo o autor, a história do Brasil tem sido marcada por uma tutela do Estado sobre a sociedade e que determinados contextos históricos resultaram numa gradual alteração nas ações e percepções da sociedade, contribuindo para a formação de uma consciência coletiva lentamente, ainda que seja entre aqueles que participam de uma militância política transformadora. Nesse sentido,

Circunstâncias próprias do período ditatorial recente despertaram as possibilidades criativas da sociedade em face do Estado. Disseminaram-se os movimentos sociais e as organizações populares e tudo sugeria, e ainda sugere, uma fase nova de nossa história social marcada pelo protagonismo da sociedade. No entanto, “essa curta vivacidade social parece estar entrando em crise, diante de um Estado que foi mais ágil na definição das circunstâncias o agir histórico”. (SOUZA MARTINS, 2000, p. 5).

Na contramão das organizações sociais em luta por profundas transformações societárias, as políticas sociais brasileiras, têm tomado um caminho distinto do caráter universalista e assegurador de direitos, princípios presentes na Constituição de 1988, atualmente a execução das políticas sociais tem se voltado para o combate à pobreza, focalizada. Essa reestruturação das políticas sociais direcionada aos mais pobres, não ocorre por acaso, mas baseia-se em concepções teóricas e ideológicas convergentes à face neoliberal do capitalismo. Tais mudanças na política social fazem com que as formas atuais de enfrentamento da questão social impeçam a generalização de direitos sociais. Ocorre do desmembramento das necessidades sociais, a pobreza é subdividida e as políticas são focalizadas, porém

O problema não está só na prioridade da pobreza enquanto categoria de análise para pensar as políticas sociais, mas na forma e no tratamento dado aos —pobres, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, des-historicizados, aparecendo no discurso tecnocrático reconstituídos por um novo tipo de vigilância moral. (MAURIEL, 2012, p. 181).

Ocorre, desse modo, uma descontextualização da pobreza, pois ela aparece distanciada dos debates estruturais, essa mudança discursiva e prática separa o pauperismo da dinâmica estrutural de produção de riqueza, retirando a centralidade do trabalho. Essa hipervalorização técnica da pobreza, nos termos de Mauriel (2012), ultrapassa a implementação dos programas, visto que se trata de uma desapropriação política, cultural e simbólica, que busca ressignificar a questão social por meio da ação instrumental e de códigos de um “novo economicismo solidário”. Nesse sentido, a nova formatação das políticas sociais,

É um plano de fuga que nega os vínculos entre política econômica e política social, relativiza as expressões da questão social no aqui e agora e magnifica uma representação de pobreza que desterritorializa a questão social, pois a definição de pobre e da pobreza pode ser calculada por fórmulas predefinidas e índices que se encaixam em qualquer parte do mundo. (MAURIEL, 2012, p. 182).

Essa nova concepção tem grande eficiência ideológica, uma vez que deixa difusa as origens da riqueza e se tornam um grande obstáculo a alianças políticas e movimentos sociais que se posicionam contra a dominação e apropriação da riqueza socialmente produzida. De tal modo a individualização da questão social é veemente, pois

Nessa tendência de análise, cada um deve ter capacidade de se habilitar, e as oportunidades são criadas para que cada um possa ter um funcionamento capaz de concretizar realizações, o que permitirá medir e avaliar a potencialidade das habilidades de cada indivíduo. (MAURIEL, 2012, p. 182).

Ao se retirar o foco da qualidade e quantidade de bens e serviços públicos para avaliar o bem-estar das pessoas, concentrando-se nas capacidades dos indivíduos, passa-se a considerar as características pessoais ao que conseguem ou não realizar. Essa perspectiva de desenvolvimento almeja, portanto, eliminar as restrições de liberdade e potencializar as capacidades individuais como condição necessária para a realização de mudanças sociais (MAURIEL, 2012).

Considerações Finais

Para a manutenção do padrão atual de acumulação, principalmente via financeirização, o conjunto de ações para o combate à pobreza têm papel estratégico, à

medida que favorece a regulação dos custos da força de trabalho a nível mundial, ajustando o comportamento econômico, político e civil dos pobres, conferindo uma pequena possibilidade de inquietação e indignação social, além de ideologicamente inserir, ainda que de forma precária, as massas à ordem econômico-financeira contemporânea (MAURIEL, 2012).

Nesse cenário, a Economia Solidária surge de modo diversificado no país, sendo desenvolvida conforme a peculiaridade dos trabalhadores e da região em que estão inseridos, bem como as circunstâncias e relações que esses grupos apresentam.

As organizações que surgem baseiam-se na cooperação e solidariedade, contudo, esse movimento, não é isolado, e têm suas raízes na primeira metade do século XIX após a revolução industrial, quando o desemprego tornou-se um problema crônico, e ao longo do século XX, sofre uma retração em função das experiências revolucionárias socialistas e do desenvolvimento do estado do bem estar social nas economias capitalistas.

Porém, a economia solidária volta a ter mais adeptos após as crises dos anos de 1970 e 80, o fim das experiências de socialismo real no leste europeu e a generalização das políticas neoliberais (PITAGUARI, 2010, p.22). Esse reordenamento econômico e social é responsável pelo crescimento da riqueza dos grandes centros econômicos, mas na contramão desse desenvolvimento econômico há o aprofundamento da concentração e centralização de capital, o que têm implicações severas sobre as desigualdades, as injustiças e a exclusão social. Da reestruturação produtiva que têm internacionalizado o capital e da política neoliberal resultam a os elevados níveis de desemprego.

Até meados do século XX diversos empreendimentos, cooperativas e associações de ajuda mútua surgiram como alternativas às crises, porém muitos se extinguiram com o passar do tempo. A partir das mudanças advindas do século XX, com uma nova crise e a acentuação do desemprego, muitas iniciativas organizadas pela classe trabalhadora surgem para tentar salvar ou criar novas formas de emprego, através de empresas autogestionadas, cooperativas e com a associação a sindicatos progressistas.

Sua trajetória histórica no Brasil tem maior destaque a partir da década de 1990, caracterizando-se como resposta da sociedade civil às mudanças no mundo do trabalho e à crescente situação de pobreza advinda do aumento do desemprego. O cenário no

qual a Economia Solidária emerge no país é de intensa ofensiva neoliberal, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o crescimento do desemprego em larga escala, políticas sociais focalizadas no combate à pobreza, a prevalência do Estado estatista-privatista, a proliferação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e a individualização dos problemas sociais.

As contradições inerentes a esse período passam a desafiar a classe trabalhadora, bem como aos intelectuais, que tendem a procurar formas alternativas de produção em contraposição ao trabalho assalariado – cada vez mais escasso e explorador – e à lógica competitiva nas empresas capitalistas.

Entretanto, o que pretende-se analisar, para além do movimento social impulsionador da criação e implementação da Economia Solidária, é a articulação do Estado em abraçar este movimento em prol de seus interesses neoliberais, ao incorporar elementos da agenda, a fim de abafar as lutas trabalhistas e desmobilizar lideranças e organizações que contribuirão com a legitimação de suas ações.

A questão da massificação, o autoritarismo na produção e disseminação cultural têm excluído e até mesmo rechaçado veementemente outras culturas que não sejam aquela defendida e difundida pela classe dominante. Entretanto, esse autoritarismo cultural não se dá apenas na reprodução das práticas e políticas dominantes, pois mesmo, algumas práticas político-culturais que se denominam libertadoras tendem a subjugar manifestações distintas da defendida (CHAUÍ, *et al.*, 1984). Denomina-se amplamente de Cultura, as diversas formas de organizar e exprimir as relações humanas entre si, com a natureza, com o espaço e o tempo e tudo mais que emana das relações sociais. De tal modo, todos os seres humanos participam, constroem, usufruem, consomem e reproduzem determinada cultura.

Nesse sentido, a “cultura global” oscila entre o cosmopolitismo e o localismo/singularismo, entre a indiferenciação abstrata de “valores globais” e particularismo fundamentalistas. Em ambos os aspectos observa-se “[...] uma nítida desqualificação da esfera pública universalizadora”, e “nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a qual ‘Não há sociedade, só indivíduos’” (NETTO, 2012, p.421).

No tocante à dinâmica e a relevância das associações na democratização de acesso à cultura e ao mercado e na construção da democracia de massa, crê-se que apenas o protagonismo das massas na constituição da soberania popular pode dissolver

decididamente limites e diferenciações imposto entre os intelectuais e o povo-nação. A autogestão dos organismos culturais é um fator fundamental, neste momento.

[...] Lutando pela democratização da cultura, os intelectuais combatem efetivamente pela renovação democrática da vida nacional em seu conjunto; e ao mesmo tempo, lutando por essa renovação democrática, asseguram condições mais favoráveis à expansão e florescimento de sua própria práxis cultural. (COUTINHO, 2011, p 72).

Ao iniciar uma análise dos movimentos sociais contemporâneos e sua relação com a política de Economia Solidária, é necessário, compreender os seus componentes histórico e sociais. Logo, —Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que, são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social (GOHN, 2011, p. 333).

Partindo desse pressuposto, os movimentos sociais são concebidos enquanto ações sociais coletivas que viabilizam diversas maneiras de organização e mobilização da população, que possuem características socio-político e cultural variadas que devem ser consideradas conforme o contexto histórico no qual estão inseridos. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (GOHN, 2011, p. 336).

De certo modo, segundo Gohn (2011) as demandas sociais colocadas como direitos mesmo que limitados e abrem espaço para a participação cidadã. entretanto são percebidas algumas perdas, principalmente em relação à autonomia dos movimentos e a constituição de 70 estâncias de controle social erguidas de cima para baixo, sendo impostas pelas políticas governamentais para os movimentos sociais.

O momento atual ressalta a trajetória do associativismo latino-americano, principalmente no caso brasileiro. Nesse cenário o Estado tende a transformar suas relações com a sociedade civil organizada, incentivando políticas públicas participativas, coordenadas ou com a participação em alguns casos de antigas lideranças

de movimentos sociais, e portanto, a proposta de institucionalização de práticas antes autônomas é constante.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002. (p. 9-45).
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil:** ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.
- GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.4, dez. 200.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47 maio.ago. 2011. (p.333-513).
- GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2000.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- MARTINS, José de Souza. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e atenção à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados**, v.14, n. 38, 2000.
- MAURIEL, Ana Paula. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: MOTTA, Ana Elizabete (org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. (p. 179-195).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec. 2010.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 9-69,151-163).

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, 2012.

PITAGUARI, Sinival Osório. A Economia Solidária no Brasil: Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Regional)-Centro de Estudos Sociais Aplicados do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SABADINI, Maurício de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. 8, n. 2, p. 265-290, jul.dic. 2002.

SANTOS, Aline Mendonça. **O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. 2010.445 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. (p. 16-130).

TAVARES, Maria Augusta; SITCOVSKY, Marcelo. O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho. *In: Desenvolvementismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. (p.11-110).